

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E O PROGRAMA ESCOLA DE GESTORES, ALGUMAS PERCEPÇÕES*

Waleska Medeiros de Souza – UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
Preto Warley Anderson Oliveira– UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

RESUMO: O presente artigo tem como finalidade subsidiar e fomentar bases para ampliação de pesquisas e de estudos sobre a interação existente na polidocência ou no conjunto articulado de trabalhadores do sistema na educação a distância (EaD). Utilizaremos a interação da equipe técnica do Programa Nacional Escola de Gestores como pilares deste estudo. Para chegar a esse enfoque primeiro será necessário um breve panorama do surgimento da educação a distância e seus desafios, posterior passaremos para a formação continuada de professores e de gestores no Brasil, seguido do enfoque no Programa Escola de Gestores e por último a relação de interação existente entre a equipe polidocente da EaD. Assim, pretendemos com o suporte teórico vislumbrar algumas tensões existentes nesse processo que perpassa o trabalho colaborativo que ocorre no ensino a distância entre os professores conteudistas, os professores de turma e os assistentes de turma.

PALAVRAS-CHAVE: Educação a distância. Programa Escola de Gestores. Interação. Formação continuada.

Introdução

Nos últimos anos o Governo Federal, através da SEB (Secretaria de Educação Básica), tem investido muitos recursos voltados para a formação dos professores da educação básica, utilizando a modalidade da Educação a Distância ou EaD. Assim há uma necessidade de entender o panorama em que essa modalidade está inserida e se concebe. Portanto, segue um breve histórico do surgimento da EaD (OLIVEIRA, TONINI e MARTINS, 2014).

Perante um novo contexto econômico mundial, as Instituições de ensino superior passaram por diversas mudanças, trazidas também pelo advento das novas tecnologias da informação e de comunicação (TIC) e o do desenvolvimento acentuado das ciências. Como decorrência o mercado ficou mais exigente com seus profissionais, em contrapartida o tempo se tornou um artigo escasso. Nesse cenário surge a EaD, como uma possibilidade de acesso à Educação Superior e a Pós-Graduação (HERMIDA e BONFIM, 2006).

A educação a distância se define como “qualquer forma de educação em que o professor se encontra distante do aluno” (BASTOS, CARDOSO e SABBATINI, 2000)” Apud (HERMIDA e BONFIM, 2006, p.168). Logo, segundo HERMIDA e BONFIM, (2006) ao retomar alguns autores como BASTOS, CARDOSO e SABBATINI (2000) a origem da EaD se encontrava nos cursos por correspondência, que tiveram início no final

*XIII EVIDOSOL e X CILTEC-Online - junho/2016 - <http://evidosol.textolivre.org>

do século XVIII. Posteriormente, ocorreram via transmissão televisiva com projetos de ensino supletivo, por suporte de fascículos (HERMIDA e BONFIM, 2006).

No Brasil, a normatização da Educação a Distância se deu com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996. A Lei traz cerca de seis artigos que fazem menção a EaD, dentre os artigos destacamos o art. 80:

O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União. (BRASIL, 1996)

Com a democratização da internet a EaD se impulsionou e cresceu vertiginosamente em termos qualitativos e quantitativos, sendo uma grande oferta e uma grande procura por essa modalidade. A sociedade contemporânea necessitava de mais acesso a informação e ao conhecimento científico, devido a manipulação do mercado econômico exigindo profissionais com várias habilidades e competências para competirem por melhores empregos. Esse acesso generalizado midiático a informação tem como base transformar o indivíduo em um ser mais reflexivo, crítico e autônomo (BELLONI, 2002). Assim “é preciso reconhecer que a EAD apresenta algumas possibilidades de inclusão educacional, mas faz-se necessário que o processo de credenciamento de instituições para implantação projetos de EAD sejam rigorosamente avaliados” (HERMIDA e BONFIM, 2006, p.179).

Com a crescente oferta de graduações e pós-graduações *lato-sensu* na modalidade EaD, surgiu uma preocupação por parte de muitos estudiosos e pesquisadores com a qualidade dos cursos ofertados e a necessidade de parâmetros e regulações dessa modalidade, a fim de evitar tão somente uma mercantilização da Educação Superior, pois “o sistema econômico atual conduz a educação de acordo com suas necessidades e interesses” (HERMIDA e BONFIM, 2006, p.179).

1 Educação continuada de professores e de gestores

Percebemos que nos últimos vinte anos foi e ainda está sendo crescente a divulgação do termo Educação Continuada como uma prática de desenvolvimento de novas habilidades e novos conhecimentos (GATTI, 2008). Com a docência esse aspecto não é diferente, pois após a formação da graduação há uma necessidade de continuar sua qualificação, visto que a sociedade atual aponta para educadores com melhores competência e habilidades, como consequência detém melhores empregos e reconhecimentos profissional. Podemos definir essa qualificação continuada como sendo:

tudo que possa oferecer ocasião de informação, reflexão,

discussão e trocas que favoreçam o aprimoramento profissional, em qualquer de seus ângulos, em qualquer situação. Uma vastidão de possibilidades dentro do rótulo de educação continuada (GATTI, 2008, p.57).

O surgimento da educação continuada se deu com base histórica nas condições emergentes de um novo modelo de sociedade contemporânea, ou seja, novas concepções de ensino e aprendizagens e como consequência um novo currículo a ser desenvolvido. Há um destaque para os discursos emergentes de atualização e renovação das práticas profissionais, sustentado por documentos internacionais apontando o sentido de uma nova economia mundial, com sujeitos diferenciados e com necessidades específicas. A educação é tratada como um fator motriz a favor do crescimento econômico capitalista e consumista, com suporte em competências e habilidades que devem ser desenvolvidas ou adquiridas (GATTI, 2008).

Dentre as competências e habilidades desenvolvidas, ressaltaremos a prática reflexiva atribuída como fundamental aos professores e aos gestores, esse novo modelo de política educacional atual confronta a burocracia escolar, ainda muito tradicional. Dentre os autores precursores dessa prática podemos citar John Dewey, Montessori, Tolstoi, Froebel e Pestalozzi, com seus estudos e pesquisas que apontam para uma desburocratização da escola, ou seja, um questionamento ao conhecimento imposto do centro para a periferia, ou seja, do professor para o aluno. De fato, cria-se uma troca, ou interação entre o professor e o aluno e não mais algo impositivo e posto, mas algo construído (SCHÖN, 1992).

2 O Programa Escola de Gestores

Dentre as políticas públicas brasileiras de educação continuada discorreremos um pouco sobre o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, criado pelo Ministério da Educação do Brasil em 2004, que tinha como objetivo a formação de professores-gestores para atuarem na Educação Básica. O governo identificou pelo Censo escolar realizado no ano 2004 um baixo rendimento escolar por parte dos estudantes de escolas públicas. Como saída o governo fomentou iniciativas para melhorar a qualidade da educação nas escolas públicas, que apontaram para um modelo de gestão escolar democrática, ou seja, participativa e que trouxesse mudanças ao modelo de ensino atual o chamado tradicional.

Foi criando então um projeto piloto para testar as novas implementações de gestão. O Projeto Piloto Escola de Gestores ofertava somente um curso de educação continuada que se destinava a diretores de escolas públicas e que tinha como um dos objetivos o compromisso com a melhoria da qualidade do ensino público e com a valorização e a capacitação do gestor escolar. Atentava também para a formação de uma rede que possibilitasse a troca de informações, experiências, vivências e que integrasse os gestores escolares de todo o País. A modalidade de educação a distância foi a escolhida para desenvolver a metodologia proposta, por permitir que os diretores fossem qualificados

durante o processo de trabalho. A flexibilidade ofertada pela EaD aos alunos podendo estudar como e quando quisessem foi um fator pensado (AGUIAR, 2010). Podemos definir essa política pública assim:

O curso de especialização em Gestão Escolar, estruturado na modalidade Educação a Distância, fez parte das ações formativas implementadas pela SEB que visavam ampliar o processo de democratização e de fortalecimento da escola pública (AGUIAR, 2010, p.167).

Ao se falar em educação continuada a educação a distância passou a ser uma modalidade muito apreciada nas políticas educacionais dos últimos anos, visto sua flexibilidade e como consequência cresceu a preocupação do poder público com o crescimento desordenado de cursos de especialização considerados de natureza genérica, que estão sob a denominação pós-graduação *lato sensu* (GATTI, 2008).

Diante desse cenário, o Programa Nacional Escola de Gestores teve em sua formulação base a influência de alguns setores organizados dos educadores, dentre eles destacamos a ANPEd que sinalizou para que o projeto do curso de especialização fosse demarcado pelos pesquisadores do Grupo de Trabalho 5 (GT5) – Estado e Política Educacional (AGUIAR, 2010). Atentamos para um aspecto muito importante, pois para ocorrer êxito no Programa seriam necessários vários fatores, dentre eles a garantia das condições de trabalho desses gestores, que favorecessem esta formação com a disponibilidade de tempo necessário para os estudos e a forma como as secretarias de educação tratam esse tipo de formação, sendo que sem esses apoios ficaria difícil e denso para os gestores concluírem o curso (AGUIAR, 2010).

3 A relação de interação existente entre a equipe polidocente da EaD

Na modalidade da Educação a Distância compreendemos que os agentes escolares “precisam reaprender ou ressignificar seus saberes docentes da educação presencial” (MILL e LIMA, 2013 p.34). Consistir em uma modalidade com especificidades de uma polidocência ou conjunto articulado de profissionais para fazer com que a aprendizagem ocorra. Para isso é necessário que a equipe tenha consciência da importância da interação de todos nesse processo, se na modalidade presencial temos só um professor na sala de aula ministrando todo o conteúdo, na modalidade EaD temos um corpo técnico que dá suporte para o professor conteudista, o professor de turma e o professor assistente (presenciais ou virtuais), para que eles possam auxiliar na mediação do conhecimento a ser apreendido pelo cursista.

Faremos um breve recorte, à parte, para a figura do professor assistente, visto que é um dos agentes mais complexos de se delimitar funções ou atribuições. Podemos dizer que o seu trabalho nessa polidocência não é só de um burocrata que organiza planilhas e documentos e sim possui atribuições de um docente, ou seja, tem um papel importante

na mediação entre o conteúdo da disciplina e o aluno. Deve se ter claro os limites de competências tênues existentes entre os professores conteudistas, professores de turma e os assistentes de turma para que não ocorram problemas de interferências ou tensões entre as autonomias. Assim, o obstáculo da distância também comumente ocorrer com os membros da equipe polidocente, onde a supervisão do curso tem uma função primordial para criar mecanismos e estratégias para vencer essas dificuldades e facilitar a interação entre os agentes ou professores do processo.

Conclusão

Percebemos que Ministério da Educação brasileiro, na atualidade, utiliza a modalidade de Educação a Distância como uma das mais amplas opções para formação continuada de professores e de gestores. Grandes investimentos vêm sendo empregados para melhorar a qualidade do ensino das escolas públicas básicas, dentre elas a melhor qualificação dos gestores, visto que as políticas educacionais acontecem na escola daí a necessidade de uma equipe multidisciplinar bem treinada para os enfrentamentos existentes, ou seja, é necessário que a gestão entenda a importância de suas ações para que haja uma efetiva melhora da qualidade do ensino básico e como consequência uma melhor aprendizagem por parte dos alunos (OLIVEIRA, TONINI, MARTINS, 2014).

O programa Escola de Gestores vem como um elemento do compromisso da política “Todos pela Educação” do Plano de Desenvolvimento da Educação que visa a mobilização universal para a melhoria da qualidade da educação básica em todo território brasileiro (OLIVEIRA, TONINI e MARTINS, 2014). A modalidade de EaD é a mais utilizada para difusão do conhecimento científico em formações continuadas.

A equipe polidocente por trás dos cursos da EaD são um destaque visto que sem a compreensão por parte dos agentes de que estão efetivamente participando de um ensino distinto, com especificidades claras e com atribuições e competência bem delimitas, sendo necessária uma interação entre toda a equipe, que como reflexo os cursistas terão um ensino de qualidade o qual foi proposto pelo curso ofertado. Assim, é necessário vencer a barreira física com intervenções práticas e efetivas para que a “desterritorialização da sala de aula e da liquidez que caracteriza os espaços virtuais na atualidade” (MARTINS e CAMPOS, 2014, p.50) sejam aceitos e percebidos plenamente pelos cursistas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. S. A política nacional de formação docente, o Programa Escola de Gestores e o trabalho docente. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. especial 1, p. 161-172, 2010.

BELLONI, Maria Luiza. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, no 78, Abril/2002.

BELLONI, Maria Luiza. *Educação a Distância*. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados,

2003.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Lei número 9.394*, 20 de dezembro de 1996.

GATTI, Bernardete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. *Revista Brasileira de Educação* v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

HERMIDA, Jorge Fernando; BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. A educação à distância: história, concepções e perspectivas. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, p.166–181, ago 2006.

MARTINS, Lídia Gonçalves; CAMPOS, Magna. A gestão da equipe e das ações implementadas no Programa Escola de Gestores da UFOP: os desafios da supervisão pedagógica. In: OLIVEIRA, Breyner Ricardo; TONINI, Adriana Maria. *Gestão escolar e formação continuada de professores – O Programa Nacional Escola de Gestores na Universidade Federal de Ouro Preto*. Editar, Juiz de Fora, 2014. p.27 – 51.

MILL, Daniel. *Estudos sobre processos de trabalho em educação a distância mediada por tecnologias da informação e da comunicação*. Belo Horizonte: FAE/UFMG. 2002. 193p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

MILL, D.; LIMA, Denise Abreu. Reflexões sobre autonomia e limitações nas relações polidocentes na Educação a Distância. *Rev. Teoria e Prática da Educação*, v. 16, n. 1, p. 33-46, Janeiro/Abril 2013.

OLIVEIRA, Breyner Ricardo; TONINI, Adriana Maria; MARTINS, Lídia Gonçalves. A formação continuada de professores da educação básica e o Programa Nacional Escola de Gestores: o Curso de Especialização em Gestão Escolar na Universidade Federal de Ouro Preto. In: OLIVEIRA, Breyner Ricardo; TONINI, Adriana Maria. *Gestão escolar e formação continuada de professores – O Programa Nacional Escola de Gestores na Universidade Federal de Ouro Preto*. Editar, Juiz de Fora, 2014. p. 09 – 26.

SCHÖN, Donald A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: Nóvoa, Antônio. *Os professores e sua formação*. Dom Quixote, Lisboa, 1992, 79 – 82.
